



investidores@comgas.com.br  
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto  
CNPJ 61.856.571/0001-17

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025, a Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (B3: CGAS3 e CGAS5), divulga seus resultados referentes ao ano de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao ano 2023 ou conforme indicado.

#### Mensagem da Administração

Ultrapassamos a marca de 2,6 milhões de clientes em nossa base ao fim de 2024, com incremento de 5,8% em relação ao ano anterior. O volume em 2024 apresentou um aumento de 2,0%, explicado pelo acréscimo de consumo nos segmentos Industrial, Comercial, Residencial e Termogeração, que foi parcialmente compensado pela queda de volume dos segmentos de Cogeração e Automotivo. O volume do segmento Industrial representou 81,3% do total distribuído em 2024 e um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior, principalmente pela adição de novos clientes e retomada de alguns setores como o cerâmico e o metalúrgico. O segmento Comercial apresentou aumento o volume na ordem de 4,0% frente ao ano de 2023, principalmente devido a um maior consumo de grandes clientes, com destaque para o setor gastronômico, de supermercados e shoppings. O segmento Residencial apresentou volume 2,4% maior em relação ao ano de 2023, devido ao efeito positivo de comportamento em relação ao ano anterior. O segmento Automotivo (GNV) em 2024 apresentou uma queda no volume de 21,9% em comparação ao ano anterior, devido a uma menor competitividade frente aos demais combustíveis, principalmente em veículos leves. O segmento de Cogeração, apresentou uma queda de 29,2% impactado principalmente pela redução nas atividades de grandes clientes no período. A receita líquida da Companhia atingiu R\$ 15,4 bilhões no acumulado do ano, 1,9% maior que em 2023, devido ao aumento de volume distribuído e aumento da base de clientes. O EBITDA apresentou crescimento de 6,7% no ano totalizando R\$ 3,7 bilhões, reflexo principalmente de melhor mix de vendas entre os segmentos. Já os investimentos totalizaram R\$ 1,5 bilhão ao longo do ano, incremento de 3,7%, em linha com o plano de investimentos da Companhia. Encerramos o exercício com alavancagem de 1,80x, reflexo da posição de endividamento e da distribuição de dividendos realizados em 2024 no montante de R\$ 2,7 bilhões.

#### Sumário das Informações Financeiras

R\$ Mil	2024	2023	2024 x 2023
Total de clientes	2.683.924	2.536.259	5,8%
Volume (mil m³)	4.252.793	4.170.855	2,0%
EBITDA	3.726.899	3.492.271	6,7%
Resultado do período	1.792.464	1.408.787	27,2%
CAPEX	1.533.883	1.479.418	3,7%
Dívida líquida	6.709.347	4.598.706	45,9%
Alavancagem	1,80x	1,32x	0,48x
<b>Volume (mil m³)</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024 x 2023</b>
Residencial	323.025	315.380	2,4%
Comercial	154.723	148.729	4,0%
Industrial	3.457.786	3.277.125	5,5%
Cogeração	193.442	273.241	-29,2%
Automotivo	121.502	155.517	-21,9%
Termogeração	2.315	863	168,3%
Volume	4.252.793	4.170.855	2,0%
mm³/dia	11,7	11,4	2,6%

#### Audidores Independentes

Em conformidade com a Resolução 162/22, a Companhia informa que a empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes responsável pela auditoria das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024, não foi contratada para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2024.

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos</b>				<b>Passivos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.188.418	1.845.136	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.638.128	1.165.556
Títulos e valores mobiliários	6	1.022.247	794.978	Passivo de arrendamentos		8.128	7.910
Contas a receber de clientes	7	1.387.974	1.298.314	Instrumentos financeiros derivativos	14	-	63.184
Instrumentos financeiros derivativos	14	99.173	20.116	Fornecedores	18	1.156.722	1.302.119
Estoques		149.260	142.120	Ordenados e salários a pagar		110.569	115.581
Recebíveis de partes relacionadas	8	5.354	222	Imposto de renda e contribuição social correntes		121.959	293.499
Outros tributos a recuperar	9	146.742	222.572	Outros tributos a pagar		194.389	155.570
Ativos financeiros setoriais	10	208.173	188.343	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22 b)	1.065	332.326
Outros ativos		70.239	121.644	Pagáveis a partes relacionadas	8	223.829	11.585
<b>Ativo circulante</b>		<b>5.277.580</b>	<b>4.633.445</b>	Outros passivos financeiros		132.999	133.937
Contas a receber de clientes	7	9.065	24.805	Passivos financeiros setoriais	10	64.718	70.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	160.617	318.212	Outras provisões		22.941	226.160
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	19	19.855	59.805	<b>Passivo circulante</b>		<b>3.675.447</b>	<b>3.877.440</b>
Outros tributos a recuperar	9	116.091	83.838	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	8.151.073	5.812.535
Depósitos judiciais	20	137.380	40.892	Passivo de arrendamentos		27.761	32.827
Instrumentos financeiros derivativos	14	186.195	120.529	Instrumentos financeiros derivativos	14	380.290	297.453
Outros ativos		424.385	28.953	Provisão para demandas judiciais	20	70.413	45.516
Ativos financeiros setoriais	10	509.695	341.695	Ordenados e salários a pagar		7.954	-
Intangível	11	7.764.444	7.099.770	Obrigações de benefício pós-emprego	21	376.606	442.164
Ativos de contrato	12	945.415	939.902	Passivos financeiros setoriais	10	1.749.274	1.532.364
Direito de uso		40.771	46.988	Outros passivos		18.812	4.361
<b>Ativo não circulante</b>		<b>10.313.913</b>	<b>9.105.389</b>	<b>Passivo não circulante</b>		<b>10.782.183</b>	<b>8.167.220</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>14.457.630</b>	<b>12.044.660</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	22		
				Capital social		536.315	536.315
				Reservas de capital		1.201	(46.851)
				Reservas de reavaliação		5.761	5.761
				Outros resultados abrangentes		(11.646)	(62.948)
				Reservas de lucros		602.232	1.261.897
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.133.863</b>	<b>1.694.174</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>15.591.493</b>	<b>13.738.834</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>15.591.493</b>	<b>13.738.834</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	23	15.443.193	15.158.674
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(12.122.087)	(11.926.244)
<b>Resultado bruto</b>		<b>3.321.106</b>	<b>3.232.430</b>
Despesas de vendas	24	(135.406)	(127.105)
Despesas gerais e administrativas	24	(299.193)	(295.684)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	186.948	106.838
<b>Despesa operacional</b>		<b>(247.651)</b>	<b>(315.951)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos</b>		<b>3.073.455</b>	<b>2.916.479</b>
Despesas financeiras		(833.373)	(1.321.730)
Receitas financeiras		569.227	861.669
Varição cambial líquida		(483.683)	144.191
Derivativos		309.224	(481.225)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	26	<b>(438.605)</b>	<b>(777.095)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>2.634.850</b>	<b>2.139.384</b>
Corrente		(711.220)	(893.801)
Diferido		(131.166)	163.204
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	19	<b>(842.386)</b>	<b>(730.597)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1.792.464</b>	<b>1.408.787</b>
<b>Resultado básico por ação - em Reais:</b>	27		
Ordinárias		13,2396	10,4057
Preferenciais		14,5636	11,4462
<b>Resultado diluído por ação - em Reais:</b>	27		
Ordinárias		13,2396	10,3999
Preferenciais		14,5636	11,4399

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício		1.792.464	1.408.787
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	21	77.731	24.203
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos		(26.429)	(8.229)
<b>Total</b>		<b>51.302</b>	<b>15.974</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>1.843.766</b>	<b>1.424.761</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.634.850	2.139.384
<b>Ajustes para:</b>			
Amortizações	24	653.444	575.792
Resultado nas baixas de ativos intangíveis	25	58.971	30.192
Transações com pagamento baseado em ações	28	-	5.002
Provisão para demandas judiciais e parcelamentos tributários	25	39.740	6.637
Juros, variações monetárias, líquidos		(107.030)	399.919
Juros sobre dívida, derivativos e variações cambiais, líquidos	13	729.393	626.770
Provisão de bônus e participação no resultado		70.351	52.241
Atualização do ativo financeiro da concessão		(41.764)	-
Perdas de crédito esperadas	7	16.994	10.630
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	10	(48.624)	(157.412)
Reversão de provisões diversas		(182.207)	-
Outros		10.929	14.029
<b>Varição em:</b>		<b>3.835.047</b>	<b>3.703.184</b>
Contas a receber de clientes		(51.470)	344.098
Estoques		(18.071)	(32.289)
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		(742.849)	(316.821)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(141.900)	(186.426)
Partes relacionadas		208.487	943
Ordenados e salários a pagar		(67.410)	(49.234)
Benefícios pós-emprego		(31.099)	(26.931)
Outros ativos e passivos, líquidos		(109.143)	(4.796)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>2.881.592</b>	<b>3.431.728</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Compra de títulos e valores mobiliários		(127.751)	(159.280)
Caixa recebido na venda de outros ativos		1.496	4.637
Adições ao intangível e ativos de contrato		(1.502.513)	(1.499.753)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(1.628.768)</b>	<b>(1.654.396)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	3.702.814	1.338.051
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(1.166.499)	(1.547.820)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(374.252)	(337.668)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(355.584)	(459.378)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		27.658	284.728
Amortização de principal sobre arrendamentos		(4.994)	(4.092)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(3.347)	(3.556)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	22 b)	(2.735.338)	(430.120)
Pagamento de remuneração baseada em ações		-	(13.597)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(909.542)</b>	<b>(1.173.452)</b>
<b>Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>343.282</b>	<b>603.880</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.845.136	1.241.256
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.188.418	1.845.136
<b>Informação complementar</b>			
Impostos de renda e contribuição social pagos		(817.231)	(182.012)
<b>Transações que não envolvem caixa</b>			
(i) Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R\$ 195.670 (R\$ 149.214 em 31 de dezembro de 2023), notas 11 e 12.			
(ii) Reconhecimento de direito de uso no montante de R\$ 174 (R\$ 2.067 em 31 de dezembro de 2023), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil.			
<b>Apresentação de juros</b>			
Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários, assim como, os juros pagos sobre ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Incentivos fiscais	Opção outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>536.315</b>	<b>1.201</b>	<b>(48.052)</b>	<b>5.761</b>	<b>107.263</b>	<b>1.154.634</b>	<b>-</b>	<b>(62.948)</b>	<b>1.694.174</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.792.464	-	1.792.464
<b>Outros resultados abrangentes:</b>									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	77.731	77.731
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	-	(26.429)	(26.429)
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>								<b>51.302</b>	<b>1.843.766</b>
Dividendos (Nota 22)	-	-	-	-	-	(1.154.634)	(1.250.000)	-	(2.404.634)
Dividendos prescritos (Nota 22)	-	-	-	-	-	547	-	-	547
Juros sobre capital próprio prescritos (Nota 22)	-	-	-	-	-	10	-	-	10
Recomposição de reserva de capital	-	-	48.052	-	-	(48.052)	-	-	-
Retenção de lucros (Nota 22)	-	-	-	-	-	542.464	(542.464)	-	-
<b>Total de contribuições e distribuições para os acionistas</b>			<b>48.052</b>			<b>(659.665)</b>		<b>51.302</b>	<b>(560.311)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>536.315</b>	<b>1.201</b>	<b>-</b>	<b>5.761</b>	<b>107.263</b>	<b>496.969</b>	<b>-</b>	<b>(11.646)</b>	<b>1.133.863</b>
	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação					

# comgas

investidores@comgas.com.br  
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto  
CNPJ 61.856.571/0001-17

* continuação						
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO						
(Em milhares de Reais)						
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas</b>					<b>5.232.937</b>	<b>5.235.898</b>
Receitas de vendas de gás		17.388.982	16.864.085			
Receitas na prestação de serviços, penalidades e outros	23	465.749	618.725			
Perda de créditos esperada	7	(16.994)	(10.630)			
Receita de construção	23	1.451.629	1.357.613			
Outras receitas operacionais, líquidas	25	186.948	91.896			
<b>Total</b>		<b>19.476.314</b>	<b>18.921.689</b>			
<b>Custos e despesas</b>						
Custo do gás e transportes		(12.307.608)	(12.228.165)			
Custo dos serviços prestados		(48.119)	(53.632)			
Custo de construção	24	(1.451.629)	(1.357.613)			
Materiais, serviços e outras despesas		(351.804)	(352.258)			
<b>Total</b>		<b>(14.159.160)</b>	<b>(13.991.668)</b>			
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>5.317.154</b>	<b>4.930.021</b>			
<b>Retenções</b>						
Amortizações	24	(653.444)	(575.792)			
<b>Total</b>		<b>(653.444)</b>	<b>(575.792)</b>			
<b>Valor adicionado líquido gerado</b>		<b>4.663.710</b>	<b>4.354.229</b>			
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>						
Receitas financeiras	26	569.227	881.669			
<b>Total</b>		<b>569.227</b>	<b>881.669</b>			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

	Fidelização de clientes em andamento				Total
	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Outros	Total	
<b>Valor de custo:</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.346.865</b>	<b>1.169.742</b>	<b>85.387</b>	<b>5.047</b>	<b>10.607.041</b>
Adições	—	—	121.806	—	121.806
Baixas	(57.473)	(64)	—	—	(57.537)
Transferências <sup>(1)</sup>	1.346.553	149.306	(149.592)	—	1.346.267
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>10.635.945</b>	<b>1.318.984</b>	<b>57.601</b>	<b>5.047</b>	<b>12.017.577</b>
Adições	—	—	82.254	—	82.254
Baixas	(137.738)	(126)	—	—	(137.864)
Transferências <sup>(1)</sup>	1.294.231	114.616	(114.633)	961	1.295.175
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>11.792.438</b>	<b>1.433.474</b>	<b>25.222</b>	<b>6.008</b>	<b>13.257.142</b>
<b>Valor de amortização:</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(3.398.229)</b>	<b>(969.706)</b>	<b>—</b>	<b>(1.618)</b>	<b>(4.369.553)</b>
Adições	(453.517)	(126.723)	—	(1.021)	(581.261)
Baixas	33.005	2	—	—	33.007
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(3.818.741)</b>	<b>(1.096.427)</b>	<b>—</b>	<b>(2.639)</b>	<b>(4.917.807)</b>
Adições	(525.581)	(132.627)	—	(1.137)	(659.345)
Baixas	84.454	—	—	—	84.454
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(4.259.868)</b>	<b>(1.229.054)</b>	<b>—</b>	<b>(3.776)</b>	<b>(5.492.698)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6.817.204</b>	<b>222.557</b>	<b>57.601</b>	<b>2.408</b>	<b>7.099.770</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>7.532.570</b>	<b>204.420</b>	<b>25.222</b>	<b>2.232</b>	<b>7.764.444</b>

<sup>(1)</sup> Do montante transferido de ativos de contrato, uma parcela foi reclassificada para o ativo financeiro no montante de R\$ 150.941 (R\$ 102.835 em 31 de dezembro de 2023). **Teste de redução ao valor recuperável:** A Companhia realiza anualmente revisão dos indicadores de *impairment*. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, essa análise não identificou evidências objetivas que exigissem a realização de um teste quantitativo de recuperação de ativos.

**12 Ativos de contrato**  
**Política contábil:** Os ativos do contrato representam obras em andamento vinculadas à concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados em contrapartida a receita de construção. Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de recebimento em dinheiro do Poder Concedente. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa uma conta a receber do poder concedente.

	Nota	Ativos de contrato
<b>Valor de custo:</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.031.391</b>
Adições	24	1.357.613
Transferência para ativo intangível		(1.449.102)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>939.902</b>
Adições	24	1.451.629
Transferência para ativo intangível		(1.446.116)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>945.415</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram adicionados R\$ 126.771 nos ativos de contrato gerados internamente (R\$ 119.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). **Compromissos de investimento:** A Companhia assumiu compromissos de longo prazo em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados até a finalização do prazo da concessão, a ocorrer em 30 de maio de 2049. Os valores dos investimentos, para projetos de expansão e suporte operacional são de, aproximadamente R\$ 31 bilhões, além de investimentos em suporte administrativo, com previsão de desembolso de cerca de R\$ 4,5 bilhões, valores atualizados para moeda de dezembro de 2024. Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital adequada, definida à época, para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, a cada revisão tarifária a Companhia proporá um plano regulatório vinculativo aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador. Em junho de 2025, há previsão de conclusão do processo público de revisão tarifária para o ciclo que vigorará até 2029, onde será detalhado e aprovado o plano de investimentos da Companhia, bem como demais compromissos assumidos para este novo ciclo quinquenal. **Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados R\$ 78.980 a uma taxa média de 10,47% a.a. (R\$ 82.441 e 12,70% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

**19 Imposto de renda e contribuição social**  
**Política contábil:** A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a) Imposto corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação e, para prejuízos fiscais e base negativa à medida que apresentem expectativa de recuperabilidade futura. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de reporte, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição Fiscal:** Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.634.850	2.139.384
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(895.849)	(727.391)
<b>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</b>		
Encargos relacionados à não realização do benefício do pacto federativo <sup>(1)</sup>	26.736	(83.975)
Selic indébitos <sup>(2)</sup>	22.117	76.268
Diferenças permanentes (baixas de estoques, doações, brindes, etc.)	(9.598)	(10.819)
Juros sobre capital próprio	—	9.248
Outros	14.208	6.072
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Corrente <sup>(1)</sup>	(711.220)	(893.801)
Diferido	(131.166)	163.204
<b>Total</b>	<b>(842.386)</b>	<b>(730.597)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>31,97%</b>	<b>34,15%</b>

<sup>(1)</sup> A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal de redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12% e 15,6% por força

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores das categorias industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 99,14% do capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final. O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e prorrogado até 30 de maio de 2049, mediante assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021. **1.1 Revisão Tarifária Quinquenal:** Em 6 de setembro de 2024, a Companhia foi informada pela ARSESP, por meio da Deliberação nº 1.551 de 4 de setembro de 2024, acerca do cronograma atualizado do 5º processo de Revisão Tarifária Quinquenal. De acordo com a referida deliberação, a revisão, que estava prevista para ser concluída até 10 de dezembro de 2024, conforme estipulado no 7º aditivo contratual assinado em 01 de outubro de 2021, será finalizada até 4 de junho de 2025. A Deliberação também prevê que os ajustes compensatórios relacionados ao atraso serão calculados e aplicados na conclusão do processo de revisão. Adicionalmente, em 9 de dezembro de 2024, a ARSESP emitiu a Nota Técnica nº SEI-0048454038, que estabeleceu novos critérios para a mensuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR). Além de servir como componente tarifário, a BRR passou a ser utilizada pelo Poder Concedente como referência para a valoração e remuneração do ativo indenizável no término da concessão. Diante dessa nova diretriz regulatória, a Companhia revisou a mensuração do ativo financeiro indenizável, ajustando sua estimativa conforme os critérios definidos na Nota Técnica. Com isso, o saldo do ativo financeiro indenizável, registrado no balanço patrimonial da Companhia na rubrica "Outros ativos" no longo prazo, passa a ser corrigido monetariamente, e a variação decorrente dessa atualização passa a compor a "Receita operacional líquida".

### 2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025.

### 3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo. **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i. Nota 7 - determinação do montante de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas; ii. Nota 10 - determinação do volume e preços da molécula de gás para apuração dos ativos e passivos financeiros setoriais; iii. Nota 11 - avaliação da recuperação do intangível; iv. Nota 15 - determinação das premissas não observáveis utilizadas na mensuração de valor justo; v. Nota 17 - determinação das premissas de projeção dos compromissos futuros dos contratos de concessão; vi. Nota 19 - determinação das premissas utilizadas nas projeções de resultado utilizadas para avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos; vii. Nota 20 - determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais; viii. Nota 21 - determinação das premissas para apuração das obrigações de benefício pós-emprego; **3.3 Informação por segmento:** A Companhia adota como base o CPC 22 (Informações por Segmento), inspirado no IFRS 8, o qual requer a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais. Conforme avaliação da Administração, a Companhia atua em uma única atividade operacional de forma integrada e homogênea, com foco exclusivo na distribuição de gás natural dentro de uma única região geográfica, no Estado de São Paulo. No exercício de suas atividades, a Companhia atende a dois tipos de mercados principais: clientes cativos, que são atendidos em condições reguladas pela Agência Reguladora (ARSESP), incluindo tarifas e condições contratuais padronizadas, e clientes livres, que possuem maior flexibilidade na negociação de contratos de suprimento, devido à possibilidade de escolha de seus fornecedores de gás natural, também nas condições estabelecidas pela ARSESP. Apesar dessa distinção entre os perfis de clientes, as operações da Companhia são conduzidas de forma integrada, sem a existência de unidades de negócio separadas ou segmentos operacionais que atendam aos critérios estabelecidos pelo CPC 22, tais como a geração de receitas e despesas separadas, avaliação de performance por CODM (*Chief Operating Decision Maker*) ou a apresentação de informações financeiras individualizadas. Dessa forma, a Companhia conclui que não possui segmentos reportáveis, não havendo informações adicionais a serem divulgadas em conformidade com o CPC 22.

### 7 Contas a receber de clientes

**Política contábil:** As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo

amortizado usando o método de juros efetivos. Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2024	31/12/2023
Contas de gás a receber	707.064	694.355
Receita não faturada <sup>(1)</sup>	776.752	706.650
Outros	5.943	9.932
<b>Total</b>	<b>1.489.759</b>	<b>1.410.937</b>
Perdas de créditos esperadas	(92.720)	(87.818)
<b>Total</b>	<b>1.397.039</b>	<b>1.323.119</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.387.974</b>	<b>1.298.314</b>
<b>Não circulante</b>	<b>9.065</b>	<b>24.805</b>
<b>Total</b>	<b>1.397.039</b>	<b>1.323.119</b>

<sup>(1)</sup> A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo, estimada e registrada no balanço para fins de competência. Em 06 de março, 05 de junho e 05 de setembro de 2024, foram emitidas as deliberações ARSESP nº 1.504, nº 1.528 e nº 1.555 com vigências a partir de 10 de março, 10 de junho e 10 de setembro de 2024, estabelecendo acréscimo nas tarifas médias ponderadas de 5,68%, redução tarifária média ponderada de 0,71% e acréscimo na tarifa média ponderada de 0,01%, respectivamente, para todas as categorias de clientes, com exceção do residencial e comercial, que possuem reajustes anuais. Em 06 de dezembro de 2024, foi emitida a deliberação nº 1.613 com vigências a partir de 10 de dezembro, estabelecendo acréscimo de tarifa média ponderada de 4,33% para todas as categorias de clientes, exceto residencial e comercial que tiveram redução tarifária média ponderada de 1,07%.

	31/12/2024	Perda esperada	31/12/2023	Perda esperada
A vencer	1.286.284	(2.538)	1.255.568	(2.532)
<b>Vencidas:</b>				
Até 30 dias	91.773	(1.148)	49.625	(886)
De 31 a 60 dias	10.757	(1.227)	10.602	(1.191)
De 61 a 90 dias	7.636	(1.664)	6.074	(1.329)
De 91 a 180 dias	12.246	(5.080)	12.336	(5.148)
Mais 180 dias	81.063	(81.063)	76.732	(76.732)
<b>Total</b>	<b>1.489.759</b>	<b>(92.720)</b>	<b>1.410.937</b>	<b>(87.818)</b>

As variações nas perdas de créditos esperadas de contas a receber são as seguintes:  
**Saldo em 31 de dezembro de 2022** (87.812)  
(Adições)/Reversões (10.630)  
Baixas 10.624  
**Saldo em 31 de dezembro de 2023** (87.818)  
(Adições)/Reversões (16.994)  
Baixas 12.092  
**Saldo em 31 de dezembro de 2024** (92.720)

### 11 Ativos intangíveis

**Política contábil: Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão:** A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes necessários para a distribuição de gás, como por exemplo a tubulação, são amortizados por sua vida útil estimada ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa uma conta a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura. Os ativos da Companhia cuja vida útil exceder o prazo do contrato de concessão têm a parcela correspondente ao excedente reconhecida como um ativo financeiro, corrigido monetariamente, por representar um direito a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. **Fidelização de clientes:** Investimentos realizados no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados. Conforme definido nas deliberações ARSESP nº 1.137 de 05 de março de 2021, 1.372 de 29 de dezembro de 2022 e 1.487 de 12 de janeiro de 2024, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos, como segue:

Edificações e benfeitorias	2% a 5%
Fidelização de clientes	20% a 50%
Máquinas e equipamentos	3,33% a 20%
Tubulações	3,33% a 4%
Veículos	20%
Outros	10% a 20%

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **Redução ao valor recuperável dos ativos:** A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado são estimativas de

continua →



 investidores@comgas.com.br  
 www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

 Companhia de Capital Aberto  
 CNPJ 61.856.571/0001-17

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais DF: nº 62.399/2016 e 69.289/2024. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema, tendo em vista a consolidação da jurisprudência de forma desfavorável. Assim, com base na IN/RFB 2.184, publicada em 03 de abril de 2024, e no Edital de Transação nº 4/2024, publicado em 16 de maio de 2024, a Companhia iniciou a quitação do passivo, considerando o desconto concedido, no valor de R\$ 308.158 (R\$183.924 principal, R\$ 56.252 multa e R\$67.982 juros), nos valores atualizados até dezembro de 2024. Até 31 de dezembro de 2024, foi liquidado o valor de R\$215.403, e remanesecendo um valor a pagar de R\$92.755, registrado no passivo circulante como "Imposto de renda e contribuição social correntes", a ser liquidado, em parcelas mensais, até agosto de 2025. (ii) Considerando os efeitos do julgamento do STF no RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. A Companhia obteve trânsito em julgado da sua ação individual sobre o tema, cuja decisão afastou a modulação de efeitos estabelecida pelo STF. Em razão disso, foram reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 os créditos de fatos geradores dos anos de 2016 a 2020, no montante atualizado, líquidos de compensações até dezembro de 2024 de R\$ 73.951 (R\$ 48.472 principal e R\$ 25.479 juros). Após o deferimento da habilitação pela Receita Federal, a Companhia passou a amortizar o crédito em 1/12 avos por mês com finalização em outubro de 2025, sendo contabilizado no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$19.855 (R\$59.805 em 31 de dezembro de 2023), registrado no ativo não circulante refere-se, aos créditos oriundos de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2013 e 2014. Para o exercício de 2024, a Companhia optou pelo regime de tributação anual de impostos de renda e contribuição social, uma vez que o regime trimestral não se mostrou vantajoso.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Créditos ativos de:</b>		
Passivos financeiros setoriais	266.003	300.874
Provisão para demandas judiciais	23.940	15.475
Obrigação de benefício pós-emprego (ii)	128.046	150.336
Perda de créditos esperada	11.993	11.931
Transações com pagamento baseado em ações	-	2.951
Provisões de participações no resultado e bônus	25.431	21.655
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	-	31.176
Varição cambial - Empréstimos e financiamentos (ii)	109.211	-
Outros	30.298	94.000
<b>Tributos diferidos - Ativos</b>	<b>594.922</b>	<b>628.398</b>
<b>Créditos passivos de diferenças temporárias</b>		
Revisão de vida útil de intangível	(120.745)	(148.083)
Varição cambial - Empréstimos e financiamentos (ii)	-	(70.703)
Arrendamento mercantil	(1.661)	(2.126)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	(183.753)	-
Juros capitalizados	(110.966)	(86.294)
Outros	(17.180)	(2.980)
<b>Tributos diferidos - Passivos</b>	<b>(434.305)</b>	<b>(310.186)</b>
<b>Total de tributos diferidos registrados</b>	<b>160.617</b>	<b>318.212</b>

(i) O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 8,9 anos.  
 (ii) A Companhia, exercendo seu direito, opta pelo regime de caixa para a tributação de variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

revisadas anualmente, sendo as principais destacadas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto	12,14% a.a.	10,12% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Morbidade (aging factor)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	(suavizada em 10%) IAPB-1957	(suavizada em 10%) IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 8,9 anos (sendo de 10,9 anos para 31 de dezembro de 2023). **Análise de sensibilidade:** A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes e, portanto, a Companhia realizou a análise de sensibilidade para tal, conforme demonstrado abaixo o efeito que teria no passivo:

	Aumento	Redução
Taxa de desconto	0,50%	-0,50%
	(16.961)	18.485

## 22 Patrimônio líquido

**Política contábil: Capital social: Ações ordinárias e preferenciais:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **Dividendos:** Os dividendos mínimos, fixados em 25% no estatuto social, são reconhecidos como passivo ao final de cada exercício. Qualquer valor superior a esse mínimo somente será reconhecido como passivo após a devida aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e registrados como uma redução do patrimônio líquido, com o benefício fiscal correspondente sendo reconhecido na demonstração do resultado. O cálculo e pagamento dos dividendos ocorrem com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras vigentes. **Reserva legal:** Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. O capital subscrito de R\$ 536.315, é representado por 103.863 (em milhares) de ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 (em milhares) ações preferenciais de classe A. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 2.000.500. Não houve movimentação da quantidade de ações para os exercícios apresentados abaixo, e sua composição é a que segue:

	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2024 e 31/12/2023			
	Ordinárias	%	Preferenciais	%
Compass Gás	103.699	99,84	27.682	96,59
e Energia S.A.	164	0,16	976	3,41
Outros	103.863	100	28.658	100
<b>Total</b>	<b>103.863</b>	<b>100</b>	<b>28.658</b>	<b>100</b>

a. **Dividendos:** Em 27 de março 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.479.631 (R\$ 324.997 provisionados como mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2023), com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior, pagos no dia 11 de abril de 2024. Em 08 de agosto de 2024, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 800.000 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de junho de 2024, pagos em 30 de agosto de 2024. Em 06 de novembro de 2024, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 450.000 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de setembro de 2024, pagos em 25 de novembro de 2024.

## b. Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>15.806</b>	<b>400.000</b>
Dividendos do exercício anterior	-	324.997
Dividendos mínimos obrigatórios	-	29.200
Juros sobre capital próprio	-	(4.079)
IR sobre juros sobre capital próprio	-	(430.120)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(430.120)	-
Dividendos prescritos	(1.245)	(233)
Juros sobre capital próprio prescritos	(233)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>332.326</b>	<b>1.154.634</b>
Dividendos intermediários	-	1.250.000
Dividendos intercalares	-	(2.735.338)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(2.735.338)	(547)
Dividendos prescritos	(547)	(10)
Juros sobre capital próprio prescritos	(10)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.065</b>	<b>1.065</b>

## c. Destinação do resultado do exercício

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	1.792.464	1.408.787
Constituição da reserva legal - 5% (ii)	-	-
<b>Base de cálculo para distribuição dos dividendos</b>	<b>1.792.464</b>	<b>1.408.787</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios - 25%</b>	<b>448.116</b>	<b>352.197</b>
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(1.250.000)	(27.200)
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>-</b>	<b>324.997</b>
<b>Total do lucro do exercício a destinar</b>	<b>544.348</b>	<b>1.056.590</b>

(ii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve a constituição de reserva legal, conforme disposto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), que estabelece que, caso o valor da reserva legal ultrapasse 20% do capital social, não será exigida a sua constituição adicional. Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

## c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

i. Impostos diferidos ativos	Resultado não realizado com derivativos		Provisões		Outros		Total
	Obrigação de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Intangível	Arrendamento	Capitalizados/Outros	Outros	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>152.373</b>	<b>25.063</b>	<b>(175.421)</b>	<b>(90.209)</b>	<b>(2.869)</b>	<b>(62.512)</b>	<b>(367.872)</b>
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	6.192	(457)	27.338	90.209	743	(26.762)	91.528
Outros resultados abrangentes	(8.229)	-	-	-	-	(33.842)	(42.071)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>150.336</b>	<b>24.606</b>	<b>(148.083)</b>	<b>(2.126)</b>	<b>(89.274)</b>	<b>(310.186)</b>	<b>(310.186)</b>
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	4.139	825	27.338	(183.753)	465	(38.872)	(194.822)
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(26.429)	-	-	-	-	-	(26.429)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>128.046</b>	<b>25.431</b>	<b>(120.745)</b>	<b>(183.753)</b>	<b>(1.661)</b>	<b>(128.146)</b>	<b>(434.305)</b>

## ii. Impostos diferidos passivos

ii. Impostos diferidos passivos	Resultado não realizado com derivativos		Provisões		Outros		Total
	Obrigação de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Intangível	Arrendamento	Capitalizados/Outros	Outros	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(36.861)</b>	<b>(175.421)</b>	<b>(90.209)</b>	<b>(2.869)</b>	<b>(62.512)</b>	<b>(367.872)</b>	<b>(367.872)</b>
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	-	27.338	90.209	743	(26.762)	(33.842)	91.528
Diferenças cambiais	(33.842)	-	-	-	-	-	(33.842)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(70.703)</b>	<b>(148.083)</b>	<b>(2.126)</b>	<b>(89.274)</b>	<b>(310.186)</b>	<b>(310.186)</b>	<b>(310.186)</b>
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	-	27.338	(183.753)	465	(38.872)	(194.822)	(194.822)
Diferenças cambiais	70.703	-	-	-	-	-	70.703
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>(120.745)</b>	<b>(183.753)</b>	<b>(1.661)</b>	<b>(128.146)</b>	<b>(434.305)</b>	<b>(434.305)</b>

## 21 Obrigações de benefício pós-emprego

**Política contábil:** O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas, as quais são revisadas anualmente pela Administração. Os principais benefícios estão descritos a seguir. **Planos de contribuição definida:** A Companhia é patrocinadora de planos de previdência privada na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Planos de benefício definido: Plano médico:** A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, terão direito ao benefício somente empregados que na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia e, que em 31 de maio de 2000 tenham 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício definidos representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos no resultado. As contribuições realizadas pela Companhia para o plano de contribuição definida, registradas no resultado, totalizaram R\$ 43.342 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 45.203 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigação de benefício definido inicial	442.164	448.157
Custo dos serviços	70	157
Juros sobre obrigação atuarial	43.272	45.141
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras (ii)	(81.661)	23.753
Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência (ii)	3.930	(70.072)
Perdas atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas (ii)	-	22.116
Benefícios pagos	(31.169)	(27.088)
<b>Obrigação de benefício definido final</b>	<b>376.606</b>	<b>442.164</b>
Contribuições do empregador	(31.169)	(27.088)
Benefícios pagos	31.169	27.088
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>376.606</b>	<b>442.164</b>
<b>Passivo líquido de benefício definido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(ii) Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes</b>	<b>448.157</b>	<b>448.157</b>
Movimentação do saldo:		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>448.157</b>	<b>448.157</b>
Custo dos serviços	157	157
Juros sobre obrigação atuarial	45.141	45.141
Benefícios pagos	(27.088)	(27.088)
Ganho atuarial	(24.203)	(24.203)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>442.164</b>	<b>442.164</b>
Custo dos serviços correntes	70	70
Juros sobre obrigação atuarial	43.272	43.272
Benefícios pagos	(31.169)	(31.169)
Ganho atuarial	(77.731)	(77.731)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>376.606</b>	<b>376.606</b>
Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:		
<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
<b>Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes</b>	<b>448.157</b>	<b>448.157</b>
Ganhos/(perdas) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	81.661	(23.753)
(Perdas)/ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(3.930)	70.072
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	-	22.116
<b>Ganho atuariais líquidas</b>	<b>77.731</b>	<b>24.203</b>
As premissas que afetam as demonstrações de resultados abrangentes são		

## MEMBROS DA DIRETORIA

<b>Felipe Ferreira Guimarães Figueiredo</b> - Diretor Presidente	<b>Bruno Silva Dalcolmo</b> - Diretor de Institucional e Regulatório	<b>Ricardo Nogueira Dias</b> - Diretor Jurídico e de Compliance
<b>Lucas Rafael Luiz</b> - Diretor de Operações	<b>Milena Chamas Bitelli de Brito</b> - Diretora de Vendas	<b>Paula Alessandra Bonin Costa Violante</b> - Diretora de Engenharia e Construções
<b>Monalisa Pedrosa Trouquim Silva</b> - Diretora de Pessoas, Cultura e Sustentabilidade	<b>Paulo Roberto Belem Junior</b> - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Thiago Gazoli Trevisan*</b> - Diretor de TI e Relacionamento com Clientes
	<b>Rafael Mattos Alvarez</b> - Diretor de Suprimentos e Planejamento	

## MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Nelson Roseira Gomes Neto</b> - Presidente do Conselho de Administração	<b>Luis Carlos Veguin (Membro Independente)</b> - Conselheiro
<b>Antonio Simões Rodrigues Júnior</b> - Vice-Presidente do Conselho de Administração	<b>Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva</b> - Conselheira - Representante dos Empregados

## MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

<b>Alexandre Pedercini Issa</b> - Conselheiro	<b>Felício Mascarenhas de Andrade</b> - Suplente	<b>Mario Augusto da Silva</b> - Conselheiro
<b>Carla Alessandra Trematore</b> - Conselheira	<b>Genival Francisco da Silva</b> - Suplente	<b>Nadir Dancini Barsanulfo</b> - Suplente
<b>Elaine Maria de Souza Funo</b> - Suplente	<b>Henrique Aché Pillar</b> - Suplente	<b>Vanessa Claro Lopes</b> - Conselheira
	<b>Marcelo Curti</b> - Conselheiro	

## CONTADORA

Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP283861/O-1

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS** São Paulo - SP

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião sobre as demonstrações financeiras**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria (PAA)**

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada (Nota 7 e 23)**

A receita é reconhecida no momento em que o gás é fornecido ao consumidor. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e percurso de leitura. Conseqüentemente, uma parte do gás fornecido não é faturado ao final de cada mês. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o total da receita



investidores@comgas.com.br  
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto  
CNPJ 61.856.571/0001-17

→ continuação

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Resposta da auditoria sobre o assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas;
- Teste documental, por amostragem, sobre as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria;
- Recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente e tarifas definidas pelo órgão regulador para classe consumidor em seus grupos e modalidades, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas;
- Procedimentos analíticos para comparação entre alocação do volume de gás entre as categorias de clientes, considerando o histórico de consumo ao final do período com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia;
- Comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2025;
- Reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis correspondentes, bem como avaliamos a exatidão dos cálculos aritméticos.
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos um ajuste que, por ser imaterial, não foi regularizado pela Companhia. Portanto, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento, e mensuração da receita não faturada na demonstração do resultado e na rubrica de contas a receber, no ativo circulante, bem como as referidas divulgações nas Notas Explicativas nº 7 e 23, por estarem consistentes com a documentação suporte definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado (Notas 11 e 12)**

A Companhia possui registrado no ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, os montantes de R\$ 7.532.570 mil e R\$ 945.415 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, os gastos com infraestrutura dessa concessão.

Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de gás canalizado são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção. A partir da efetiva entrada em operação, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados durante o processo de construção como custo da infraestrutura envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia.

Por estas razões, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

**Resposta da auditoria sobre esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato e ativo intangível incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização;
- Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre os materiais e serviços aplicados às obras, bem como alocação de horas de força de trabalho e avaliação se a sua classificação foi apropriada;
- Avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos e estágios das obras;
- Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;

- Avaliação da relação dos custos capitalizados de juros sobre obras em andamento ("JOA") com os empréstimos, financiamentos e debêntures, e aplicação do recálculo para os custos de empréstimos capitalizados no exercício;
- Teste de amortização do intangível de direito dessa concessão reconhecida ao longo do exercício de 2024;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 11 e 12, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado (DVA)**

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações financeiras, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

• Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

**IBDO**

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

Rafael Schmidt da Silva  
Contador CRC 1 SP 258652/O-3

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis eletronicamente no endereço: [www.comgas.com.br](http://www.comgas.com.br) e no site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>.



# ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.

PORTAL ESTADÃO RI

SAIBA MAIS EM: [ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR](http://ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR)

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI **EL DORADO FM 107.3** ESTADÃO BLUE STUDIO **AGÊNCIA ESTADO** broadcast